

Avaliação da participação das micro e pequenas empresas (MPEs) do segmento de confecções de Santa Catarina no mercado externo: caracterização, vantagens e dificuldades de inserção

Jair Fábio de Souza Junior/ UFSC¹
Silvio Antonio Ferraz Cario/UFSC²
Ricardo Lopes Fernandes /UNICAMP³

RESUMO

A estrutura industrial vem, nos últimos tempos passando por grande reconfiguração com destaque para a participação ativa das empresas de pequeno porte. Tais empresas estão, de forma crescente, inserindo no mercado internacional através de participação nas cadeias globais de comercialização e distribuição. Em Santa Catarina, o setor têxtil-confecção é uma atividade com forte presença de micro e pequenas empresas e com crescente participação no mercado internacional. Pesquisa realizada junto aos empresários deste segmento aponta que há regularidade na exportação de produtos para mercados já estabelecidos. Assim como, realizam esforços em busca de novos mercados para exportação. Utilizam, para tanto, estratégias baseadas em preço e em diferenciação de produtos. Porém, deparam com dificuldades para maior inserção no mercado internacional, dentre as quais as relacionadas às burocracias alfandegária, aduaneira e tributária; custos tributários e de fretes; e de obtenção de financiamento. Citam, como medidas de políticas de desenvolvimento a serem adotadas, a desoneração tributária e melhorias no acesso ao financiamento.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas, Exportação, Setor Têxtil-Confecção.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, a partir do esgotamento do modelo fordista de produção, a lógica produtiva baseada em grandes estruturas produtivas verticalizadas que internalizavam diversos elos da cadeia produtiva, como forma de se obter economias de escala de produção, cedeu lugar para um modelo desverticalizado, em que as atividades produtivas passaram a ficar esparsas sob o ponto de vista da empresa e de espaço geográfico. Esta mudança organizacional cria possibilidades para que empresas de menor porte e localizadas em países em desenvolvimento passem a ter a possibilidade de participar de cadeias globais de produção e de geração de valor (PROCHNIK, 2002).

Por outro lado, as Micro e Pequenas Empresas (MPE's) são importantes empregadoras de mão-de-obra, geradoras de produto tanto em economias desenvolvidas como em desenvolvimento, bem como, são extremamente relevantes para a realização de atividades específicas dentro da cadeia de produção em determinado setor, devido, principalmente, as suas características de flexibilidade e de baixa hierarquização das decisões.

Como decorrência dos reflexos do processo internacional de reestruturação produtiva por meio da desverticalização das cadeias e do tardio processo de entrada do Brasil neste processo na década de 1990, observa-se que há um crescimento do número de MPE's. Em relação especificamente ao setor têxtil-confecções, Fernandes (2008) aponta para o crescimento do número de estabelecimentos empregadores entre os anos de 1995 e 2005 em tal setor no país. No estado de Santa Catarina, um dos setores em destaque é o setor têxtil-confecção, historicamente significativo em termos de geração de emprego, renda e produto, que tem sido incentivado à maior inserção no mercado externo.

Com efeito, o objetivo a que o presente texto se propõe é verificar em que medida as empresas do setor têxtil-confecções, localizadas no estado de Santa Catarina, estão conseguindo se inserir internacionalmente sob a atual lógica de funcionamento das cadeias globais de valor. Este objetivo se justifica pelo fato de que conhecer a visão das empresas de pequeno porte sobre as restrições que deparam para participarem no mercado externo constitui requerimento importante, para o propósito de

¹ Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: jairfabio@yahoo.com.br.

² Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Economia e Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: fecario@yahoo.com.br.

³ Doutorando em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: ricardo.sepol@uol.com.br.

desenhar ações voltadas a criar melhores condições para maior inserção no mercado mundial (FILHA; SANTOS, 2002).

Considerando tal propósito, este artigo está dividido em 7 seções. Nesta 1ª. seção destaca-se o objetivo do trabalho; na 2ª. seção, discute-se, de forma sintética, o papel das empresas de pequeno porte em aglomerações produtivas no atual padrão produtivo mundial caracterizado pelas cadeias globais de valor; na 3ª. seção, apresentam-se os aspectos metodológicos que nortearam esta pesquisa; na 4ª. seção, evidenciam-se os aspectos referentes ao estabelecimento, localização e porte empresarial da indústria têxtil-confecção em Santa Catarina; na 5ª. seção, descreve-se o comportamento do comércio externo desta indústria no Estado; na 6ª. seção, analisa-se o resultado da pesquisa efetuada junto às empresas de confecção de pequeno porte catarinense atuantes no mercado externo, bem como compara-se este resultado com o padrão de consideração das empresas nacionais sobre o referido mercado; e, por fim, na 7ª. seção, tem-se as principais conclusões.

2. PEQUENA EMPRESA NA DINÂMICA ECONÔMICA ATUAL: INSERÇÃO EM AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS E PARTICIPAÇÃO EM CADEIA GLOBAL DE VALOR

No âmbito do paradigma tecnoprodutivo atual, as pequenas empresas assumem função importante na dinâmica econômica. A desverticalização produtiva, a flexibilidade da produção, fabricação de produtos não padronizados, trabalhador multifuncional, relações ativas entre produtor e fornecedor, etc. possibilitam as empresas de pequeno porte ter participação ativa na cadeia produtiva de valor (SOUZA, 1995). Entretanto, a função da pequena empresa vem sendo ressaltada ao longo do tempo quando associada a sua organização na forma de aglomeração de empresas. Marshall (1982) é um dos pioneiros a tratar dos benefícios que obtêm tais empresas por se localizarem em determinado espaço geográfico. As mencionadas empresas, segundo este autor, em face de se organizarem na forma de distrito industrial teriam o benefício de economias internas expressas em ganhos de escala, padronização de produtos e processos, maximização de receitas, eficiência administrativa – e economias externas, relacionadas ao desenvolvimento geral da indústria no local como: disposição de arranjo institucional, infraestrutura física, qualidade de mão-de-obra, disponibilidade de matéria-prima, acesso à tecnologia e transbordamento do conhecimento sobre a atividade desenvolvida, entre outros ganhos (CARIO, et all, 2009).

Posteriormente, a partir da experiência dos distritos industriais italianos, não somente se reforçam as características citadas, como novas são incorporadas. A intensa divisão do trabalho, especialização produtiva, práticas cooperativas, mão-de-obra qualificada, conformação histórica socioeconômica e intervenção ativa das esferas públicas e privadas na criação de condições competitivas evidenciam a importância das pequenas empresas desenvolverem atividades em determinado espaço geográfico (ENDERLE, et all, 2005; CORÓ, 2002). Neste contexto, Becattini (2002) enfatiza processos que identificam um distrito industrial composto, em sua grande maioria, por empresas de pequeno porte: i) a subdivisão de processos produtivos e a existência de atividades complementares; ii) a formação e a reprodução de habilidades produtivas especializadas em determinados âmbitos territoriais; iii) a consolidação de práticas sociais que respeitam as condições de competitividade e de reprodução social; iv) a integração dinâmica entre o conhecimento tácito e o conhecimento codificado no processo produtivo; v) a formação de instituições de apoio – político, ensino, pesquisa e econômico - que promovam a especialização e a versatilidade; vi) a formação e a consolidação de sentimentos de produção social dos agentes individuais; e vii) a existência de uma mobilidade social e profissional em nível local.

Para Sengenberger e Pike (2002), duas características são vitais num distrito industrial: a organização e a cooperação. No tocante à organização, observam que a formação de redes de empresas, com suas especializações produtivas e complementaridades, dividem os esforços produtivos e promovem a capacidade e a eficiência, trazendo, em última instância, melhores condições competitivas coletivas. Em relação à cooperação, ressaltam que, apesar da concorrência por preço e qualidade entre as empresas especializadas, ocorrem compartilhamentos diversos entre as mesmas. Dentre as várias formas de cooperações, salientam o compartilhamento das informações tecnológicas de produto e

processo consideradas relevantes para a elevação da eficiência produtiva, melhoria na qualidade dos produtos, estímulos aos processos inovativos, etc.

Outra denominação de agrupamento de pequenas empresas como forma de organização industrial é intitulada por Porter (2001). Considera como *cluster* a aglomeração de empresas e instituições voltadas para o desenvolvimento de atividade econômica especializada, em determinado espaço territorial. Figuram, neste espaço, empresas produtoras; fornecedores especializados em componentes, maquinários e serviços; responsáveis pela distribuição dos produtos; além de estrutura composta de instituições pública e privada. Por fazerem parte de um *cluster*, as empresas podem alcançar maior produtividade ao terem acesso a: i) fontes de mão-de-obra qualificada; ii) base local de fornecedores com capacidade; iii) informações especializadas; iv) complementaridades produtivas; v) serviços das instituições - programas educacionais, laboratórios de testes, etc. -; e vi) melhoria de fatores como a medição e motivação.

A organização produtiva sob a forma de *cluster*, de acordo com Schmitz (1997), desenvolve o conceito de eficiência coletiva, definida como a vantagem competitiva derivada de economias externas locais e ação conjunta. A reunião de empresas, em determinado local, possibilita a divisão de trabalho entre as mesmas, gerando, por consequência, economias externas. Tal conformação permite o desenvolvimento de ação conjunta intencional e ou incidental na atividade econômica exercida. Destaque para a ação conjunta conscientemente exercida, podendo esta ser a partir da cooperação de empresas - compartilhamento de equipamentos ou desenvolvimento de novos produtos - ou grupos de empresas, congregando forças em associações empresariais e em consórcios de produtores, entre outros. A despeito dos ganhos decorrentes, a noção de eficiência coletiva não exclui a existência de conflito ou competição entre as empresas do *cluster*.

Outra abordagem que procura demonstrar a congregação de empresas em determinado espaço geográfico, desenvolvendo de incipientes a fortes vínculos cooperativos, refere-se aos arranjos e sistemas produtivos e inovativos. Cassiolato e Lastres (2003) definem os arranjos produtivos locais (APLs) como aglomerações territoriais nas quais agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, apresentam vínculos mesmo que incipientes entre seus integrantes. Ao passo que, os sistemas produtivos e inovativos locais são arranjos produtivos em que existem fortes vínculos entre empresas que resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com o potencial de aumentar a capacidade inovativa e as condições competitivas de seus participantes.

Para ser considerado um APL, a aglomeração deve ser composta por empresas atuantes em um mesmo setor, conter algum grau de complementaridade produtiva e desenvolver mecanismos cooperativos, ainda que incipientes. Traz implícita, a localização como importante fonte de vantagens competitivas para as empresas instaladas e que a vantagem locacional é setor-específica. As vantagens locais específicas ao setor decorrem de ganhos de aprendizagem decorrentes da interação dos agentes - produtor, fornecedor, clientes e instituições - e se constituem as principais fontes de vantagens competitivas para as empresas inseridas nesta forma de organização produtiva (SANTOS et al, 2004^a e 2004b; VARGAS, 2002). A partir dos ganhos de aprendizagem, são criadas condições para a ocorrência de processos inovativos e geradas bases para o acúmulo de competências, consideradas condições relevantes para as empresas melhor se posicionarem no mercado.

Conforme Britto e Stallivieri (2010), os APLs constituem aglomerações espaciais de atividades econômicas em determinadas regiões, de maneira que seja proporcionado o acúmulo de conhecimentos especializados que tendem a reforçar as capacidades produtivas, técnicas e tecnológicas dos agentes locais. Nos APLs, a forma e a intensidade como estão estabelecidos os relacionamentos interempresariais e interinstitucionais interferem no êxito e na dinâmica destes aglomerados, notadamente, na dinâmica inovativa. Esta dinâmica, por sua vez, depende de como está caracterizado o caminho trilhado pelo aglomerado no que tange ao desenvolvimento tecnológico, ao estabelecimento de centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), à difusão das tecnologias encontradas e ao relacionamento institucional com universidades, centros de pesquisa, centros de formação técnica de mão-de-obra e ainda instituições de apoio.

Diante desta construção de competências, a globalização trouxe a oportunidade para que empresas de pequeno porte possam se inserir no comercial internacional. Tal oportunidade surge amparada na

constituição de nova forma de organização produtiva e comercial, expressa em cadeias produtivas e varejistas globais. Todavia, este processo de inserção não é simples, já que a principal forma está condicionada à ação de um conjunto de atores, que são, na concepção de Schmitz; Knorringa (2000), os compradores que atuam nestes mercados. Os referidos compradores são agentes, varejistas, empresas detentoras de marcas e têm se tornado cada vez mais influente na organização da produção e dos sistemas de distribuição global. Desse modo, a capacidade de inserção das empresas dos países em desenvolvimento, notadamente, as MPE's, está condicionada às exigências impostas por tais compradores (GEREFFI, 1994).

Assim, para que possam se inserir na competição internacional, as empresas destes países devem apresentar vantagens comparativas em relação aos outros concorrentes que atuam nas cadeias globais de valor. Nestas cadeias, o *design*, a produção e o *marketing* de produtos envolvem um conjunto de atividades divididas entre distintas empresas em diferentes lugares. Para os países em desenvolvimento, este processo é uma oportunidade de inserção comercial de sua produção, mas que, porém, está condicionada à capacitação de seu parque industrial para que este seja capaz de criar vantagens competitivas relacionadas à tecnologia, inovatividade e redução de custos de produção. Tais importantes condicionantes são considerados dinâmicos, e não estão associadas a fatores de competição como a exploração de mão de obra barata e recursos naturais abundantes (HUMPHREY, SCHMITZ, 2000).

Contudo, existem limites de qualificação tecnológica das MPES localizadas em um APL que estão inseridas em uma cadeia global de valor. Humphrey e Schmitz (2002) citam como exemplo de tal ocorrência as empresas calçadistas localizadas no Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul. Embora tais empresas tenham desenvolvido, ao longo do tempo, competências produtivas, tanto em termos de processo como em termos de produto, não desenvolveram competência no *design* e nem lograram constituir seus canais próprios de distribuição. Destarte, se tais empresas desenvolveram capacidade para atender as exigências impostas pelos compradores, não obtiveram condições de avançarem além do aprimoramento de processo e de produto.

Neste sentido, ainda que o processo de reestruturação industrial decorrente da globalização tenha trazido oportunidades para que pequenas empresas se inserirem no cenário comercial internacional, duas condições importantes precisam ser obedecidas: i) as pequenas empresas devem desenvolver capacitação tecnológica para poder participar destas cadeias globais, logo, o fato de estarem localizadas no bojo de um APL pode ser um fator facilitador para este processo de aprimoramento tecnológico; e ii) requer-se a existência de mecanismos dentro do APL para criar canais próprios de distribuição e *design*, itens considerados de grande importância, pois geram para as pequenas empresas, respectivamente, facilidade de acesso às fontes consumidoras e agregação de valor nos produtos fabricados.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desta pesquisa, partiu-se dos dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), dos anos de 2000 a 2005, disponíveis no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A RAIS é um relatório preenchido anualmente, principalmente pelos estabelecimentos inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Foram analisadas todas as seções, divisões, grupos, e classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), relacionadas às atividades privadas. O CNAE é um sistema utilizado pelo IBGE para a classificação das atividades econômicas no Brasil.

De acordo com o critério operacional do sistema do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), consideram-se como MPE's os estabelecimentos com até 19 empregados como microempresa e de 20 a 99 empregados como pequenas empresas na indústria. Foram processados, conjuntamente, os estabelecimentos com empregados registrados e os estabelecimentos sem empregados registrados (zero empregado), pois se julga que estes últimos são formados formalmente apenas pelo proprietário, que conta com a participação de familiares e empregados sem registro em carteira.

Para analisar os dados referentes à exportação dos produtos da indústria têxtil/confecção catarinense, adotou-se como aspectos de amostragem a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM.

Seguindo esta classificação, foram considerados como matéria-prima da indústria têxtil/confeção os capítulos mencionados no Quadro 1.

Capítulo NCM	Descrição: matérias-primas da indústria têxtil/confeção
51	Lã e pêlos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina.
52	Algodão
53	Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecido de fios de papel.
54	Filamentos sintéticos ou artificiais
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas.
	Descrição: Produtos do segmento têxtil
56	Pastas, feltros e falsos tecidos; fios especiais; cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria.
57	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis
58	Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados
59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis.
60	Tecidos de malha
	Descrição: Produtos do segmento de confecção
61	Vestuário e seus acessórios, de malha.
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.
63	Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos; artefatos de matérias têxteis, calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, usados; trapos.

Quadro 1. Matérias-primas e produtos da indústria têxtil/confeção, segundo a NCM
Fonte: MDIC (2008).

Para verificar a apreciação das MPE's sobre a sua participação no mercado externo, aplicou-se questionário junto a uma amostra aleatória não intencional em 17 empresas do segmento confeccionista, assim distribuída: 47% de microempresas e 53% de pequenas empresas. As empresas estão distribuídas em alguns municípios pelo estado de Santa Catarina, o que permite que a análise não seja centralizada em uma região, mas em todo o estado. A distribuição das empresas amostradas por município está da seguinte forma: Blumenau - 6%; Brusque - 24%; Criciúma - 12%; Descanso - 6%; Florianópolis - 6%; Garopaba - 6%; Gravatal - 6%; Guabiruba - 6%; Guarapiranga - 6%; Jaraguá do Sul - 6%; Joinville - 6%; Timbó - 6%; Urussanga - 6%.

4 CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTEL-CONFECÇÃO EM SANTA CATARINA

Desde o ano 2000 até 2005, verifica-se o crescimento do número de estabelecimentos e dos trabalhadores ocupados na indústria têxtil-confeção, tanto em nível nacional, quanto nos estados de São Paulo (estado com maior número de estabelecimentos) e de Santa Catarina (terceiro estado com maior número de estabelecimentos). Comparativamente, o estado de São Paulo apresenta um crescimento menor no número de estabelecimentos à média nacional, enquanto o estado de Santa Catarina apresenta um incremento maior que o Brasil, conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Estabelecimentos e trabalhadores do setor têxtil-confeção em SC, SP e Brasil - 2000 e 2005.

Período	Santa Catarina		São Paulo		Brasil	
	Estabelecimentos	Trabalhadores	Estabelecimentos	Trabalhadores	Estabelecimentos	Trabalhadores
2000	5.222	103.306	13.931	228.614	44.161	701.060
2001	5.773	110.350	14.439	221.474	46.771	703.587
2002	6.119	113.398	14.718	226.902	48.500	731.061
2003	6.274	114.778	14.694	227.442	49.258	728.350
2004	6.444	124.059	15.097	248.792	50.855	795.322
2005	6.850	131.130	15.693	259.310	52.801	831.853
Varição 2000/2005 (%)	31,18%	26,93%	12,65%	13,43%	19,56%	18,66%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE (2008).

O maior crescimento no número de estabelecimentos do setor têxtil-confeções de Santa Catarina em relação à média nacional, pode ser explicado pela grande competitividade que Santa Catarina possui

No Sul do Estado, as microrregiões de Criciúma e Tubarão também possuem um número expressivo de estabelecimentos, configurando uma segunda aglomeração espacial desta atividade. Tal fato decorre desta nova atividade econômica na região encontrar facilidade para crescimento, posto pela estrutura industrial apresentar baixas barreiras à entrada e por responder a movimento favorável do mercado consumidor por bens finais. Por outro lado, a microrregião de Florianópolis, embora ainda possua mais de duas centenas de estabelecimentos confeccionistas, não tem grande representatividade nesta indústria no Estado.

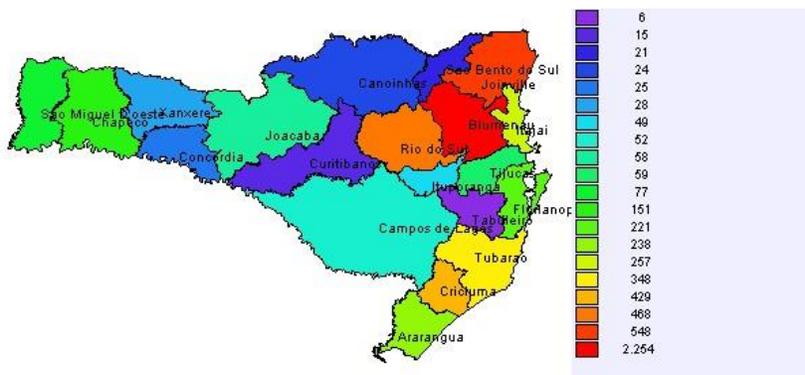


Figura 2. Santa Catarina. Distribuição de estabelecimentos confeccionistas por microrregiões do IBGE em 2005.

Fonte: RAIS/TEM (2008).

Desagregando o setor têxtil-confeção, torna-se possível uma melhor análise desta indústria. Referente aos estabelecimentos têxteis, constata-se na Tabela 2, que a atividade que mais possui unidades é o acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis (22,71% das empresas em 2005), enquanto que a atividade que mais aumentou o número de estabelecimentos foi a de fiação de algodão, passando de 12 empresas no ano 2000 para 42 em 2005 (aumento de 250%). No caso da mão de obra, a fabricação de artigos de tecido de uso doméstico era a atividade que mais empregava em 2005 (16,73%), além de ser também a atividade que mais recrutou trabalhadores desde 2000, praticamente dobrando o seu número.

É importante notar os números totais, pois mostram que a quantidade de estabelecimentos têxteis mais que dobrou de 2000 a 2005 (aumento de 126,51%), enquanto que o número de trabalhadores aumentou 18,43%. Tais números mostram claramente a introdução cada vez maior de equipamentos poupadores de mão-de-obra no segmento têxtil, a partir da reestruturação produtiva.

Em menores proporções, verifica-se, na Tabela 3, que o segmento de confecções aumenta a quantidade de estabelecimentos em 152,22% de 2000 a 2005, enquanto que o emprego da mão-de-obra elevou-se em 32,62%. Esse resultado sugere que o setor de confecções é realmente mais intensivo em mão-de-obra, no entanto novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra também vêm sendo introduzidas no processo produtivo confeccionista.

Dentre as atividades do segmento, a atividade de maior participação é a confecção de peças do vestuário exceto roupas íntimas, ocupando 79% dos estabelecimentos e 82,62% da mão-de-obra, no ano de 2005. A confecção de roupas íntimas, blusas, camisas merece destaque por ter sido a atividade que mais aumentou a participação no número de estabelecimentos, enquanto que a fabricação de acessórios de segurança industrial é a atividade que mais teve aumento na ocupação da mão-de-obra.

No diz respeito a distribuição dos estabelecimentos em Santa Catarina de acordo com o porte empresarial, partiu-se também de uma análise na qual o setor de confecções foi desagregado do têxtil, devido fundamentalmente ao fato de os setores apresentarem dinâmicas diferentes, com diferentes portes empresariais. No setor têxtil, observa-se a grande importância que o acabamento de fios, tecidos e artigos têxteis tem para a indústria, abrigando mais de ¼ do total de estabelecimentos em 2005, e

praticamente dobrando o número de empresas de 2000 para 2005, conforme a Tabela 4. Trata-se, portanto, de uma atividade extremamente concentrada nas MPE's, assim como a fabricação de tecidos de malha, e artefatos têxteis a partir de tecidos (vestuário).

Tabela 2. Estabelecimentos e trabalhadores do segmento têxtil em SC - 2000 e 2005.

Fabricação de Produtos Têxteis	2000		2005		% do total (2005)	% do total (2005)	Δ% (2000 a 2005)	Δ% (2000 a 2005)
	Est.	Trab.	Est.	Trab.	Est.	Trab.	Est.	Trab.
Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico	54	4.186	141	8.202	6,16	16,73	161,11	95,94
Acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis por 3º	191	4.265	520	6.861	22,71	13,99	172,25	60,87
Tecelagem de algodão	92	6.192	142	6.168	6,20	12,58	54,35	-0,39
Fabricação tecidos de malha	194	4.403	359	5.887	15,68	12,01	85,05	33,70
Fabricação artefatos têxteis a partir de tecidos ex. vestuário	114	4.590	312	5.091	13,62	10,38	173,68	10,92
Fabricação de outros artigos têxteis ex. vestuário	123	4.306	267	4.582	11,66	9,35	117,07	6,41
Fabricação de outros artigos têxteis inclusive tecidos	83	6.713	192	3.733	8,38	7,61	131,33	-44,39
Fiação de algodão	12	1.765	42	2322	1,83	4,74	250,00	31,56
Fabricação linhas e fios para costurar e bordar	9	1.090	26	1.583	1,14	3,23	188,89	45,23
Fiação de fibras artificiais ou sintéticas	12	856	23	964	1,00	1,97	91,67	12,62
Outros	127	3.032	266	3.636	11,62	7,42	109,45	19,92
Total	1.011	41.398	2.290	49.029	100,00	100,00	126,51	18,43

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE (2008).

Tabela 3. Estabelecimentos e trabalhadores do segmento de confecção em SC - 2000 e 2005.

Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2000		2005		% do total 2005	% do total 2005	Δ% 2000 a 2005	Δ% 2000 a 2005
	Est.	Trab.	Est.	Trab.	Est.	Trab.	Est.	Trab.
Fabricação de artigos do vestuário produzidos em malha	147	5.524	267	6.005	2,51	7,31	81,63	8,71
Conf. roupas íntimas, blusas, camisas	345	3.544	1.462	5.932	13,77	7,23	323,77	67,38
Confecção de peças do vestuário exceto roupas íntimas	3.563	51.134	8.391	67.830	79,00	82,62	135,50	32,65
Confecção de roupas profissionais	53	498	170	656	1,60	0,80	220,75	31,73
Fabricação de acessórios de vestuário	82	1078	280	1.374	2,64	1,67	241,46	27,46
Fabricação de acessórios de segurança industrial	21	130	51	304	0,48	0,37	142,86	133,85
Total	4.211	61.908	1.0621	82.101	100,00	100,00	152,22	32,62

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE (2008).

Neste contexto, verifica-se número reduzido de empresas de grande porte em segmentos da fabricação de produtos têxteis, dado que há segmentos que exigem grandes investimentos de capital. Em particular, nota-se que, na fiação de fibras artificiais ou sintéticas e na fiação de algodão, são poucas as empresas de grande porte, ou não existem. Porém, registra-se presença de MPE's em segmentos têxteis cujas condições estruturais de produção possibilitam sua inserção, como o de acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis e fabricação de tecidos de malha.

Tabela 4. Estabelecimentos do segmento têxtil por porte empresarial em SC - 2000 e 2005.

Fabricação de Produtos Têxteis	2000				2005			
	Micro	Peq.	Méd.	Grd.	Micro	Peq.	Méd.	Grd.
Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico	36	8	3	2	54	4	3	4
Acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis	134	32	9	0	256	65	12	0
Tecelagem de algodão	56	25	5	3	57	24	4	4
Fabricação de tecidos de malha	138	37	7	1	171	32	13	2
Fabricação artefatos têxteis a partir de tecidos ex. vestuário	90	10	3	3	113	14	3	3
Fabricação de outros artigos têxteis ex. vestuário	93	16	4	3	113	28	5	3
Fabricação de outros artigos têxteis inclusive tecidos	51	20	6	3	69	23	6	1
Fiação de algodão	2	6	4	0	10	9	5	1
Fabricação linhas e fios para costurar e bordar	6	2	0	1	7	5	1	1
Fiação de fibras artificiais ou sintéticas	5	3	2	0	5	5	2	0
Outros	93	20	8	0	112	32	8	0
Total	704	179	51	16	967	241	62	19

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE (2008).

Considerando o segmento de confecção, nota-se, na Tabela 5, a presença de MPE's em número significativamente maior que o registrado no segmento têxtil. Merece grande destaque a confecção de peças do vestuário (exceto roupas íntimas), que representa mais de 80% do total de estabelecimentos confeccionistas de porte micro. O segmento de confecção possui grandes empresas somente em duas atividades, que não representam sequer 1% do total de empresas. No caso do setor de confecções, é completamente justificável a existência de grande número de MPE's, já que a atividade confeccionista é extremamente intensiva em mão-de-obra.

Tabela 5. Estabelecimentos do segmento de confecção por porte empresarial em SC - 2000 e 2005.

Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2000				2005			
	Micro	Peq.	Méd.	Grd.	Micro	Peq.	Méd.	Grd.
Fabricação de artigos do vestuário produzidos em malha	105	16	6	3	90	13	5	3
Conf. roupas íntimas, blusas, camisas	256	38	3	0	539	70	6	0
Confecção de peças do vestuário exceto roupas íntimas	2.686	441	69	7	3.316	614	80	9
Confecção de roupas profissionais	41	9	0	0	69	7	0	0
Fabricação de acessórios de vestuário	62	9	3	0	76	18	1	0
Fabricação de acessórios de segurança industrial	18	2	0	0	22	3	0	0
Total	3.168	515	81	10	4.112	725	92	12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE (2008).

É importante ressaltar que a desverticalização das empresas da indústria têxtil-confecção resultou num elevado crescimento de empresas dos portes micro e pequeno. Enfim, percebe-se um aumento de aproximadamente 35% no número total de empresas do setor têxtil e 37% no número de MPE's deste mesmo segmento. Enquanto que, no caso da confecção constata-se aumento de cerca de 31% no número total de empresas e cerca de 31% no caso das MPE's deste mesmo ramo.

5 COMÉRCIO EXTERNO DA INDÚSTRIA TÊXTEL-CONFECÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A participação da indústria têxtil-confecção de Santa Catarina no mercado externo situa-se entre 10% e 15% de sua produção total estadual (FERNANDES, 2008). A participação neste mercado, conforme a Figura 3 evidencia o intervalo de representatividade citado, visto que há momentos em que o volume exportado se eleva, como os registrados nos anos 1996, 1997, 2000, 2005 e 2006, ao passo

que em outros, ocorre redução, até significativa, como os observados nos anos 2002 e 2003. Todavia, o saldo comercial ao longo de todo o período é extremamente favorável, inclusive no ano de 2006, quando há uma elevação significativa do valor das importações.

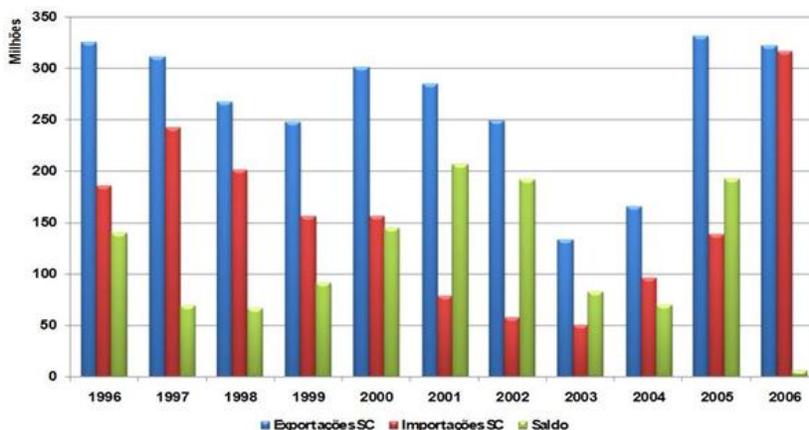


Figura 3. Santa Catarina. Exportações, importações e o saldo comercial do setor têxtil-confecções entre 1996 e 2006. (US\$ FOB).

Fonte: AliceWeb-SECEX apud Fernandes (2008).

Dentre os anos da primeira década deste século, o biênio de 2001 e 2002 apresentou o melhor desempenho do saldo comercial do setor têxtil-confecções, enquanto que os anos de 2005 e 2006 foram anos da série nos quais se observou o maior volume de exportações. Porém, registrou-se neste último ano grande crescimento das importações, reduzindo desta forma o saldo comercial do setor no Estado. Outro biênio na série que se destacou compreende os anos de 2003 e 2004, quando se verificou redução nas transações comerciais com o exterior, tanto na importação quanto na exportação, porém mantém-se a característica de tal segmento produtivo de possuir balança comercial positiva ao longo dos anos.

Tabela 6. Exportações, importações e o saldo do setor têxtil-confecção no estado de Santa Catarina desagregado por tipo de produto, entre os anos de 1996-2006. (em milhões de US\$ - FOB).

	Matéria-prima			Tecidos			Confecções		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1996	20	163	-142	10	12	-1	295	12	283
1997	19	211	-192	8	15	-7	285	17	268
1998	15	176	-161	8	13	-5	244	12	232
1999	1	139	-138	8	12	-5	239	5	234
2000	13	139	-127	8	12	-4	280	5	275
2001	11	66	-55	7	7	0	267	5	262
2002	0	49	-48	7	6	1	242	3	240
2003	17	42	-25	9	6	3	107	3	105
2004	21	82	-61	18	9	9	127	6	122
2005	1	107	-105	19	17	2	311	15	296
2006	20	241	-221	38	29	9	263	46	218

Notas: (*) As matérias-primas englobam os seguintes artigos: lã, pêlos finos ou grosseiros e tecidos de crina; algodão; outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc.; filamentos sintéticos ou artificiais; fibras sintéticas ou artificiais descontínuas. (**) Os tecidos englobam os seguintes artigos: pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, etc.; tapetes, outros revestimentos para pavimentos, de materiais têxteis; tecidos especiais, tecidos tufados, tapeçarias etc.; tecidos impregnados, revestidos, recobertos, etc.; tecidos de malha. (***) As confecções englobam os seguintes artigos: Vestuário e seus acessórios, de malha; vestuário e seus acessórios, exceto malha; outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos etc.

Fonte: AliceWeb-SECEX apud Fernandes (2008).

Contudo, é importante mencionar que a redução do volume exportado nos anos de 2003 e 2004 decorreu da diminuição nas exportações dos artigos confeccionados, quando o saldo chegou a menos da metade do que em anos anteriores. A redução da demanda externa concomitantemente ao aquecimento do mercado consumidor doméstico levou as empresas a orientarem a produção, em maior proporção, para este último mercado.

Observando os dados desagregados, constatam-se na Tabela 6 saldos comerciais do segmento de confecções sempre muito elevados, enquanto que as matérias-primas da indústria sempre permanecem com saldo negativo. Neste último registro, o saldo negativo decorre da dependência do setor, em grande medida, de produtos sintéticos ou artificiais importados, dado que o país possui estrutura produtiva de algodão para atendimento desta indústria. No caso dos tecidos, nota-se que a balança comercial é relativamente equilibrada, ora obtendo pequenos déficits, ora alcançando superávits, sem configurar, portanto, situações extremadas de saída ou entrada de dólares por conta da relação com o mercado externo. Assim sendo, os anos vêm demonstrando o firmamento de uma particular característica na balança comercial do referido setor: contribuição positiva do segmento de confecções de Santa Catarina na geração de divisas para o país.

Analisando-se os principais destinos das exportações do setor têxtil-confecção no estado de Santa Catarina na Tabela 7, vê-se no período de 1996 a 2006, inicialmente, a ocorrência de concentração das exportações para os Estados Unidos, Argentina e Alemanha, passando, no final do período, a concentrar-se principalmente nos Estados Unidos. A Argentina teve sua participação reduzida a partir do ano de 2002, devido fundamentalmente à crise econômica interna, quando o volume exportado mostrou forte redução, passando de US\$ 49 milhões em 2001 para cerca de US\$ 5 milhões no ano seguinte. Superada a crise, observa-se, nos anos seguintes, que as exportações para a Argentina foram retornando aos valores registrados uma década atrás, em grande monta, em virtude do fortalecimento do intercâmbio comercial existente entre os países.

As exportações de produtos têxtil-confecção de Santa Catarina para blocos econômicos regionais aponta, ao longo do tempo, firmamento do Nafta e do Mercosul como representativos mercados, conforme a Tabela 8. Em média, nos anos 2000, 60% das exportações de tais produtos foram destinadas a estes blocos regionais. Considerando o ano de 2006, a desagregação dos dados permite afirmar que os Estados Unidos têm papel fundamental neste panorama, uma vez que, dos US\$ 86 milhões exportados para o Nafta em 2006, o citado país foi responsável pela aquisição da produção no valor de US\$ 81 milhões.. Assim como, a Argentina, que, neste mesmo ano, foi responsável por US\$ 38 milhões dos US\$ 55 milhões gerados com as vendas externas têxtil-confecção de Santa Catarina para o Mercosul.

Tabela 7. Principais países de destino das exportações de produtos dos setores têxtil-confecção de SC, 1996 e 2006. (em milhões de US\$ FOB).

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
EUA	44	47	50	62	82	79	111	132	126	116	81
Argentina	42	57	36	38	52	49	5	17	29	34	38
Alemanha	58	35	26	26	25	24	27	27	26	20	11
Chile	12	10	9	8	11	8	9	9	10	11	9
Itália	7	6	4	4	2	2	3	4	5	5	6
Paraguai	11	13	10	7	8	8	4	4	5	7	7
Outros	79	76	67	58	60	61	57	65	87	85	81
Total	252	243	201	203	240	232	216	258	287	279	232

Fonte: AliceWeb-SECEX apud Fernandes (2008).

Tabela 8. Exportações de produtos do setor têxtil-confecção de SC por blocos econômicos regionais, 1996-2006. (em milhões de US\$ FOB).

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nafta	45	49	53	64	86	82	113	136	130	121	86
Mercosul	61	79	58	55	72	72	18	28	46	53	55
União Européia	111	78	58	59	53	51	59	69	83	69	59
Outros	35	36	32	26	30	27	25	24	29	36	32
Total	252	243	201	203	240	232	216	258	287	279	232

Fonte: AliceWeb-SECEX apud Fernandes (2008).

Considerando a trajetória de participação externa do setor têxtil-confecção de Santa Catarina nos anos referenciados, 1996-2006, observa-se, por um lado, movimento mais em favor de estabilidade de valores do que de grandes saltos quantitativos, ainda que, nestes anos, tenham ocorrido momentos de maior inflexão como em 1998 e 1999. Valores estes, em grande monta, derivados de contribuição do segmento de confecção na pauta dos produtos exportados, historicamente positivo, em demonstração virtuosa do grau da especialização produtiva estadual. Tais valores provêm, em maior preponderância, dos mercados norte-americano e argentino, grandes demandadores destes produtos.

6 PADRÃO EXPORTADOR DAS MPE's DO SEGMENTO DE CONFECÇÃO EM SANTA CATARINA: DIFICULDADES DE INSERÇÃO

Com o propósito de contribuir para a caracterização do padrão exportador catarinense do segmento de confecção de Santa Catarina, identificam-se as dificuldades apontadas pelos dirigentes das MPE's para a inserção neste mercado. Das 18 empresas de pequeno porte pesquisadas, 82% produzem basicamente confecção de roupas e agasalhos, enquanto que os 18% restantes produzem outros artefatos de tecido, exclusive produzidos nas fiações e tecelagens. Nesta amostra, encontram-se empresas que exportam, 35%, e que não exportam, 65%, sendo a presença destas últimas na pesquisa justificada pelo propósito de captar sua apreciação sobre este mercado.

Conforme se percebe na Tabela 9, um ponto importante destacado na visão das MPE's catarinenses exportadoras de confecção se refere à sua capacidade de atuação no mercado externo. Verificou-se que 67% das pesquisadas eram exportadoras, sendo que 1/3 das empresas amostradas busca novos mercados para exportação. Entretanto, é significativo o percentual, 83%, das empresas que apontam quanto à existência de dificuldades para se inserir em novos mercados. Além disso, expressam dificuldades de sustentar e aumentar progressivamente a participação no comércio internacional, para 83% das empresas entrevistadas. Um dos elementos capazes de explicar as dificuldades relacionadas à inserção das empresas entrevistadas em novos mercados está o fato de que elas têm dificuldade de atuar conjuntamente por meio de cooperativas, consórcios ou associações. Do mesmo modo que há dificuldade de participarem de eventos internacionais de negócios, tais como feiras e outros. Este tipo de constatação sugere que embora o tecido institucional dos APLs têxteis e confeccionistas do estado de Santa Catarina apresente um extensivo desenvolvimento ao longo do tempo, tal estrutura ainda não é capaz de criar um ambiente favorável para uma maior inserção da produção do estado no cenário internacional.

Tabela 9. Santa Catarina. Características de atuação no mercado externo das MPE's do segmento de confecção em 2008 (%).

	Sim	Não
A empresa exporta regularmente para alguns mercados já estabelecidos no exterior.	67	33
A empresa busca constantemente novos mercados e canais para exportação	33	67
A empresa tem capacidade de entrada em vários mercados	17	83
A empresa consegue sustentar e aumentar sua participação nos mercados estabelecidos	33	67
A empresa atua de forma conjunta, através de consórcios ou associações, em alguns mercados	17	83
A empresa participa em feiras importantes do setor nos principais mercados onde atua	17	83

Fonte: Pesquisa de campo

Segundo 83% das empresas exportadoras entrevistadas, os seus produtos não são reconhecidos nem competitivos no mercado internacional, conforme resultado expresso na Tabela 10. Em resposta a esta ocorrência, afirmam que grandes empresas líderes mundiais exercem influência no mercado consumidor final, através de suas marcas e de seu *design*, dificultando o acesso de empresas desconhecidas. Neste sentido, verifica-se que, assim como apontam Humphrey; Schmitz (2002), existe dificuldade das MPE's em estabelecer sua própria marca ou seu *design* na cadeia global internacional, neste caso, a inserção somente é possível por meio da adoção do padrão exigido pelas empresas que fazem a governança da cadeia e que são as responsáveis pelo estabelecimento das marcas e do *design*. Todavia, registra-se que 2/3 das empresas entrevistadas não desenvolvem produtos específicos para o exterior, bem como, para 83% das empresas, o mercado interno assume grande relevância produtiva em relação aos produtos fabricados para exportação.

Tabela 10. Características dos produtos exportados das MPE's do segmento de confecção em SC - 2008 (%).

	Sim	Não
A estratégia competitiva utilizada no mercado internacional é o preço do produto	50	50
A empresa exporta produtos diferenciados e/ou especialidades com valor agregado	50	50
A empresa desenvolve produtos específicos para os mercados alvo no exterior	33	67
Os produtos exportados são reconhecidos e competitivos no mercado internacional	17	83
Os produtos exportados são valorizados no mercado pela marca ou nome da empresa	33	67
Todos os tipos de produtos comercializados no mercado interno são também exportados	17	83

Fonte: Pesquisa de campo

No âmbito dos obstáculos enfrentados pelas MPE's de confecções catarinenses de participarem no mercado externo, verifica-se, na Tabela 11, que, dentre os principais entraves à expansão das exportações, encontram-se a burocracia tributária e a burocracia alfandegária, 83% e 67%, respectivamente. Neste contexto, afirmam que o preenchimento de muitos formulários, regras rígidas para seguir, tempo elevado para se ter respostas às demandas efetuadas, etc., dificultam e desestimulam uma maior inserção no mercado externo. Seguem outros itens como obstáculos: o frete internacional para 67% das empresas, bem como o financiamento das exportações, para outras 67%. Tais referências expressam as dificuldades encontradas pelas empresas com o custo dos fretes, considerados elevados, e a dificuldade de se obter recursos derivados de crédito voltados para financiar as exportações desejadas. Nunca é demais lembrar que a atuação conjunta das empresas no ambiente do APL ajuda a superar as dificuldades inerentes às exportações no tocante à burocracia e aos custos. Neste sentido, a constatação de que são apontadas dificuldades por grande parte das empresas, pode se supor que alguns dos diversos APLs do setor em Santa Catarina ainda não foram capazes de criar uma institucionalidade eficiente no que concerne à estratégia de exportar.

Cabe também destacar a pouca importância dada por 67% das empresas pesquisadas aos custos tributários e dificuldade no ressarcimento de créditos tributários. Julga-se que há pouco conhecimento pelas empresas de pequeno porte acerca das vantagens que o comércio exterior proporciona, dentre as quais o ressarcimento de créditos tributários. Ao exportarem, as empresas passam a ter crédito fiscal importante para fazer frente a suas obrigações tributárias a que estão submetidas no exercício de suas atividades.

Em complemento, poucas empresas, apenas 1/3 das entrevistadas, apontam relevância aos serviços de apoio à promoção das exportações. A maior parte, 2/3 das empresas entrevistadas, não dá elevada importância a este quesito. Tal constatação reforça o argumento do pouco conhecimento que possuem sobre os referidos serviços, seja dos governos, federal e estadual, seja das associações de representação da classe empresarial.

Tabela 11. Santa Catarina. Entraves à expansão das exportações das MPE's do segmento de confecção em SC - 2008 (%).

	1	2	3
Acesso e/ou qualidade dos serviços de apoio à promoção das exportações	33	17	50
Burocracia alfandegária/aduaneira	67		33
Burocracia tributária	83	17	
Custo do transporte interno	50	17	33
Custos portuários e aeroportuários	50	33	17
Custo do frete internacional	67	17	17
Custos tributários e dificuldade no ressarcimento de créditos tributários	33		67
Dificuldade de acesso ao financiamento das exportações	67	33	
Taxa de câmbio	50	50	

*Os números 1 a 3, classificam do primeiro ao terceiro principal fator.

Fonte: Pesquisa de campo

As empresas de pequeno porte, quando comercializam parte de sua produção no mercado externo, elegem vários aspectos operacionais como entraves à maior participação neste mercado. Para 67% das empresas, conforme a Tabela 12, as maiores dificuldades operacionais se encontram nas negociações bancárias, que certamente se deve ao fato das poucas garantias que as empresas possuem, diante das exigências que os bancos impõem. Em geral, empresas de pequeno porte deparam com nível de

capitalização baixo, dificuldades de oferecimento de garantias, etc., trazendo como correspondência dificuldades de realização de operações com o sistema bancário.

No quadro dos entraves operacionais, empresas citam, também, o despacho aduaneiro e a emissão de documentos. Para 50% das empresas entrevistadas, a burocracia alfandegária dificulta uma maior inserção no mercado externo. Em contraposição, salientam que, se ocorressem agilidades no despacho das mercadorias e na emissão de documentos para operar no mercado externo, maior seria a participação das PMEs no comércio internacional.

Tabela 12. Aspectos operacionais de maior dificuldade para as MPE's do segmento de confecção em SC - 2008 (%).

	1	2	3
Transporte/frete interno	17	33	50
Armazenagem no porto seco/aeroporto/porto marítimo	17	17	67
Atividades portuárias, aeroportuárias, transbordo na fronteira	33	17	50
Despacho aduaneiro	50	33	17
Negociações bancárias	67	17	17
Emissão de documentos	50	17	33

*Os números 1 a 3, classificam do primeiro ao terceiro principal fator.

Fonte: Pesquisa de campo

No conjunto das empresas entrevistadas, são poucas as PMEs que não consideram o financiamento problema relevante para adentrar no mercado externo. Em relevo, para a maior parte delas, o financiamento assume aspecto de extrema importância para a promoção das exportações, conforme a Tabela 13. Observa-se que, para a maioria das empresas, 67% das entrevistadas, existem dificuldades na obtenção de crédito devido à baixa escala dos produtos de exportações no quadro produtivo total e por estas conferirem poucas garantias. Também, para 50% das empresas existem dificuldades no acesso às informações sobre as linhas de financiamento, alegadas pelo fato de não se encontrarem facilmente disponíveis. Assim como, consideram os prazos de financiamentos inadequados e exigências elevadas de garantias reais para frente às exigências para liberação do financiamento.

Tabela 13. Dificuldades de financiamento para as MPE's do segmento de confecção em SC - 2008 (%).

	1	2	3
Acesso à informação sobre as linhas	50	17	33
Baixa escala de exportações	67	17	17
Elevado custo	50	50	
Prazo inadequado	50	33	17
Recursos insuficientes	33	50	17
Exigências de garantias reais	50	33	17
Documentação requerida da empresa	67	33	

*Os números 1 a 3, classificam do primeiro ao terceiro principal fator.

Fonte: Pesquisa de campo

Diante das dificuldades que limitam uma maior inserção no mercado externo, PMEs destacam as medidas governamentais que poderiam contribuir para alterar o quadro existente. De acordo com a Tabela 14, assumem relevância para as empresas entrevistadas, melhorias no sistema de garantias de financiamento e condições de financiamento à exportação, itens considerados para 100% e 83% das empresas entrevistadas, respectivamente. No centro destas considerações, encontram-se os recursos financeiros. A primeira consideração está voltada à proposição de melhorias no sistema de garantia creditícia, uma vez que pequenos exportadores deparam com exigências elevadas por ocasião de suas demandas por crédito. A segunda está relacionada à necessidade de adoção de medidas que disponibilizem mais recursos, alonguem prazos de pagamentos, reduzam os custos do financiamento, entre outros pontos mais importantes salientados.

Para 100% das empresas de pequeno porte entrevistadas, as autoridades governamentais devem dar prioridade na elaboração de política para o sistema de tributação. Afirmando que medidas em favor da desoneração tributária devem ser desenhadas visando aumentar o regime de incentivo existente. Considerando que o pagamento de impostos trata-se de uma despesa que reduz o lucro, a desoneração

tributária significa que os recursos que deixam de ser recolhidos aos cofres públicos podem ser utilizados para outros fins, dentre os quais o cumprimento de estratégias adequadas no mercado externo.

Tabela 14. Medidas governamentais para as MPE's do segmento de confecção em SC - 2008 (%).

	1	2	3
Melhoria da sistemática de compensação de créditos tributários	33	67	
Simplificação dos regimes aduaneiros especiais (drawback, entreposto aduaneiro, etc.)	33	50	17
Operação contínua e ininterrupta das aduanas, nos principais pontos de saída do país	17	50	33
Simplificação dos procedimentos aduaneiros na exportação	33	50	17
Condições de financiamento à exportação	83	17	
Sistema de garantias aos financiamentos	100		
Desoneração tributária	100		
Infra-estrutura dos portos e aeroportos	17	50	33
Infra-estrutura de transporte doméstico		50	50

*Os números 1 a 3, classificam do primeiro ao terceiro principal fator.

Fonte: Pesquisa de campo

No quadro de considerações efetuadas, surpreende o baixo número das empresas entrevistadas que consideram questões de infraestrutura (aduanas, portos, aeroportos e transporte doméstico) como de grande importância, apenas 17% destas. Tal atribuição contrasta com a realidade nacional existente, que aponta problemas que, cotidianamente citados, dificultam as empresas brasileiras de serem mais competitivas no mercado externo. Dentre estes problemas, podem ser citados espaços limitados em áreas de embarque nos portos, custos elevados dos serviços cobrados pelo tráfego nas rodovias e debilidade operacional do setor aéreo.

O parecer das MPE's do segmento de confecção catarinense sobre as dificuldades encontradas com suas atuações no mercado externo apresenta sintonia, em grande parte, com os resultados encontrados em pesquisa realizada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI, 2002) em seu propósito de avaliar as condições de inserção no mercado externo das empresas brasileiras.



Figura 4. Principais entraves à expansão das exportações – Brasil - 2002.

Fonte: CNI (2002).

Conforme a Figura 4, os principais obstáculos à expansão das exportações apontados pelas empresas, em nível nacional, se referem basicamente às etapas finais do processo de exportação, mais especificamente após a chegada da mercadoria no porto de saída. No primeiro bloco composto dos dois principais pontos citados pelas empresas nacionais exportadoras, encontram-se a burocracia alfandegária e os custos portuários, representados pelas respostas de 40,8% e 37,3%, respectivamente, do total das empresas pesquisadas pela CNI. Empresas mencionam que os ritos burocráticos – atendimento de normas e procedimentos - desestimulam uma maior inserção no mercado externo, assim como elegem os dispêndios efetuados no porto de embarque – custos com o tempo de espera, seguros das mercadorias e outras taxas - como despesas relevantes.

No segundo bloco de entraves de maior relevância citados pelas empresas para participarem do comércio externo, constata-se que 32% delas identificaram o custo do frete internacional como importante fator limitador. Fator este que independe das forças empresariais, uma vez que ocorre em condições de dependência dos valores estipulados pelos fretadores internacionais. Ainda neste bloco, encontra-se o acesso ao financiamento das exportações, opção relatada por 31,8% das empresas nacionais pesquisadas. Isto se refere ao quadro de restrições estruturais internas, cujo sistema de financiamento não facilita, em maior sentido, a realização de estratégias exportadoras da parte das empresas que desejam participar do mercado externo.

Observam-se, também, nos dois posteriores entraves citados, compondo o terceiro bloco de entraves mais importantes, os canais de comercialização e a burocracia tributária, com respectivamente 23,9% e 22,6% das empresas assinalando tais dificuldades. Os canais de comercialização mencionados referem-se à falta de auxílio institucional esclarecedor para se alcançar com menos dificuldades os mercados, dado que muitas empresas agem individualmente, sem amparo institucional público e privado. Em sequência, a burocracia tributária citada pauta pela crítica aos processos que empresas devem cumprir para exportarem, sobretudo em preenchimento de documentos, aprovação em diferentes órgãos públicos, entre outros.

Os principais entraves apontados por empresas nacionais para a expansão das exportações, em pesquisa realizada pela CNI (2002) - burocracia alfandegária, custos portuários, custos de frete internacional, acesso ao financiamento das exportações, canais de comercialização e burocracia tributária – figuram como problemas deparados pelas empresas de confecções catarinenses que atuam no mercado externo. Esta identidade é constatada pela relação dos principais problemas levantados na pesquisa realizada em SC, que se repetem na maioria dos itens citados: dificuldade de financiamento, custos do frete internacional, custos tributários, burocracia alfandegária e aduaneira e burocracia tributária. A existência destes pontos comuns cria maiores condições para o desenvolvimento de política comercial, na medida em que soluções encontradas podem beneficiar tanto empresas nacionais, bem como as empresas catarinenses atuantes no setor de confecções. Por outro lado, é importante ponderar que alguns destes entraves podem ser superados por meio de uma atuação cooperativa das empresas no processo de exportação, seja por meio de cooperativas, associações e por instituições de apoio burocrático às MPEs que desejem exportar.

7 CONCLUSÃO

No curso dos últimos tempos, verifica-se significativo crescimento das MPE's na estrutura produtiva industrial, em nível mundial. Tal crescimento está fortemente associado à mudança no paradigma tecnoprodutivo. A estrutura produtiva verticalizada das empresas vai sendo substituída por processos de desverticalização das operações produtivas. No mesmo sentido, o avanço nas operações das máquinas e equipamentos possibilita a fabricação de diferentes produtos, a partir da flexibilização produtiva. Com isso, eleva-se o número de empresas integrantes dos sistemas produtivos, possibilitando, sobretudo, a participação de empresas de pequeno porte no cumprimento de etapas da produção. Associado a esta ocorrência, realça-se a organização industrial configurada na forma de aglomeração produtiva localizada por proporcionar benefícios para as empresas de pequeno porte participantes deste arranjo, tais como especialização produtiva, mão-de-obra qualificada, fornecedores especializados, instituições de apoio, etc. Sob tais condições, empresas de pequeno porte passam a

participar do comércio mundial figurando como integrantes de cadeia global de valor, comandados por grandes produtores e varejistas mundiais.

Por sua vez, elementos característicos das empresas de pequeno porte facilitam sua maior inserção no sistema produtivo de diferentes setores econômicos. MPE's são dotadas de menor estrutura hierárquica facilitadora de maior rapidez nos processos decisórios; unidades produtivas menores possibilitam especialização produtiva no exercício de determinada função; por serem de pequeno porte, as informações e o conhecimento gerados ou adquiridos circulam de forma mais ágil e eficaz dentro delas; tamanhos menores possibilitam maior capacidade de reposicionamento da produção frente os movimentos cíclicos da economia, entre outros aspectos positivos.

Em Santa Catarina, verifica-se forte presença de MPEs, em particular no setor têxtil-confecção. A conformação geográfica das empresas deste setor no estado ocorre sob o formato de arranjo produtivo em diversas localidades. Os principais registros de crescimento no número de empresas ocorrem nas microrregiões de Blumenau e Joinville, localidades gêneses têxtil-confecção catarinenses. Entretanto, registra-se crescimento empresarial em outras duas microrregiões - Rio do Sul e Criciúma -, sendo que a primeira por conta de transbordamento desta atividade para região contígua das citadas; e a segunda por adoção de nova vocação produtiva regional, facilitada pelas baixas barreiras à entrada, em correspondência ao crescimento da demanda no mercado nacional.

Por seu turno, há que se enfatizar, também, o crescimento empresarial por sub-segmento têxtil-produtivo catarinense. No segmento têxtil, destaque para o acabamento de fios, tecidos e artigos têxteis, que dobra o número de MPE's em cinco anos. Enquanto que, no segmento de confecções, há forte predominância de empresas de pequeno porte no subsegmento de peças do vestuário exceto roupas íntimas, congregando mais de 2/3 das empresas existentes. Há, ainda, que se destacar a duplicação do número de empresas de pequeno porte em confecções de roupas íntimas, blusas e camisas. A preponderância destes subsegmentos dentro da indústria têxtil-confecção catarinense configura determinada especialização produtiva por parte das empresas em estudo.

O crescimento da estrutura produtiva no segmento têxtil-confecção em Santa Catarina tem possibilitado a participação das MPE's no mercado externo, em particular do segmento de confecção, que se mostra fortemente superavitário ao longo dos anos, 1996-2006, cujos mercados norte-americano e argentino constituem os principais demandadores internacionais. Os resultados da pesquisa de campo deste estudo referendam a participação ativa do segmento de confecção, expressos pelas respostas de 2/3 das empresas das entrevistadas que realizarem exportação regularmente, e de 1/3 das empresas desenvolve ações estratégicas voltadas à busca de novos mercados para exportação. As principais considerações das empresas de pequeno porte exportadoras são que buscam constantemente novos mercados e canais de exportação, conseguem se sustentar e aumentar a participação nos mercados estabelecidos e utilizam de forma conjunta tanto a estratégia baseada em preço, como também em produtos diferenciados com maior valor agregado.

Entretanto, as MPE's de confecção exportadoras de Santa Catarina apontam vários entraves à maior inserção comercial no mercado internacional. As respostas empresariais expressam que seus produtos não são reconhecidos como competitivos no mercado internacional, dado que grandes *players* impõem marca e *design*. Também, são registrados outros fatores limitadores como a burocracia alfandegária, custo do frete internacional e barreiras de acesso ao financiamento para alavancar as exportações. Tais considerações estão em sintonia com a percepção de outros empresários nacionais, atuantes nos mais diferentes setores, sobre as dificuldades deparadas quando desejam atuar no mercado externo.

Como proposição de políticas de desenvolvimento, as empresas entrevistadas relatam que a desoneração tributária e a questão do acesso aos financiamentos são as principais medidas a serem adotadas pelo governo para auxiliar a promoção das exportações destas empresas. Pode-se considerar, diante da pesquisa realizada, que a expansão das exportações das MPEs do segmento ainda é fortemente atrelada à atuação do governo, principalmente em pontos como a desoneração tributária e a melhoria das condições de financiamento à exportação, suscitando, em face das posições empresariais assumidas, nova direção para as políticas públicas nos campos fiscal e financeiro.

ABSTRACT

In recent times, industrial structure has been experiencing major reconfiguration with prominent and active participation of small businesses. These businesses are increasingly entering the international market by participating in global commercialization and distribution chains. In the textile/clothing manufacturing sector in the State of Santa Catarina, there is a significant number of micro and small businesses with growing participation in the international market. A study conducted with entrepreneurs of this segment indicates that there is regularity in the export of products to established markets, and that an active search for new markets is in place. This is achieved by using strategies based on price and product differential. However, they face difficulties to obtain greater insertion in the international market, among which are those related to customs and tributary bureaucracy; tributary and freight costs, and in obtaining funding. Tax relief and improvements in access to funding are mentioned as measures of development policies to be adopted.

Keywords: Micro and Small Businesses, Export, Textile/ Clothing Manufacturing Sector.

REFERÊNCIAS

- BECATINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, G. et al (Org.). **Empresários e empregos nos nossos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 45-58.
- BRITTO, J.; STALLIVIEIRI, F. Inovação, cooperação e aprendizado no setor de software no Brasil: análise exploratória baseada no conceito de Arranjos Produtivos Locais (APLs). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 2-39, p. 315-358, ago. 2010.
- CARIO, S. A. F. et al. Formas de conhecimento e mecanismos de aprendizagem tecnológica: contribuição analítica para os estudos sobre aglomerações de empresas localizadas. In: MANSUR, C; THEIS, I. (Org.). **Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas**. Blumenau: FURB, 2009. p. 63-84.
- CARIO, S. A. F.; FERNANDES, R. L. Indústria em Santa Catarina: processo de desindustrialização relativa e perda de dinamismo setorial. In: MATTEI, L.; LINS, H. L. (Org.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010. p. 197-246.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de MPES. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; UFRJ, 2003. p. 75-95.
- CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Os problemas da empresa exportadora brasileira**. Brasília: CNI, 2002.
- CORÒ, G. Distritos e sistemas de pequena empresa na transição. In: COCCO, et al. (Org.). **Empresários e emprego nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 147- 198.
- ENDERLE, R. et al. A gênese da organização industrial localizada e seu papel contemporâneo na inserção das micro e pequenas empresas. **Revista de Negócios**. FURB. v. 10, n. 4, p. 235-248, out./dez. 2005.
- FERNANDES, R. L. **Capacitação e estratégias tecnológicas das empresas líderes da indústria têxtil-confecções no estado de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Economia)-Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- FILHA, D; SANTOS, A. M. M.. **Cadeia Têxtil: Estruturas e estratégias no comércio exterior**. Brasília: BNDES, 2002.
- GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: how us retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Ed.). **Commodity chains and global capitalism**. Praeger: Westport, 1994. p. 50-75.
- HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. How does insertion in global value chains affect upgrading in industrial clusters? **Regional Studies**, n. 369, 2002.
- HUMPRHEY, J.; SCHMITZ, H. Governance and upgrading: linking industrial cluster and global value chain research. **IDS Discussion Paper**. Sussex – England, n. 120, 2000.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As micro e pequenas empresas comerciais e de**

serviços no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IEMI. Instituto de Estudos do Marketing Industrial. **Brasil Têxtil 2005:** Relatório Setorial da Cadeia Têxtil Brasileira. São Paulo: Free Press Editorial, v. 5, n. 5, p. 180, agosto. 2005.

MARSHALL, A. **Princípios de economia:** tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982. v. 1-2.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Estatísticas de comércio exterior, metodologia de produção de estatísticas de comércio exterior:** códigos e descrições NMC. 2008.

MET. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais.** Rais, 2005.

MONTEIRO, D. C.; SANTOS, A. M. M. Cadeia Têxtil: Estruturas e Estratégias no Comércio Exterior. **BNDES Setorial,** Rio de Janeiro, n. 15, p. 113-136, mar. 2002.

PORTER, M. **Competição:** estratégias competitivas essenciais. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PROCHNIK, V. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil:** impacto de zonas de livre comércio. Cadeia Têxtil e Confeções. Nota Técnica Final. Campinas: MDCl/FINEP/NEIT-IE-UNICAMP, 2002.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/MTE. Base de Dados. 2006.

SANTOS, G. A. G. et al. Arranjos produtivos locais e desenvolvimento. Versão preliminar. BNDES. Seminários: arranjos produtivos locais como instrumento de desenvolvimento. 26 e 27/10/2004a.

SANTOS, G. A. G. et al. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. **Revista do BNDES,** Rio de Janeiro, v.11, n. 22, p. 151-179, dez. 2004b.

SENGENBERGER, W.; PIKE, F. Distritos industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e de política. In: COCCO, G. et al. (Org.). **Empresários e empregos nos nossos territórios produtivos:** o caso da Terceira Itália. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 101-146.

SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE,** Porto Alegre, v.18, n.2, p. 164-200, 1997.

SCHMITZ, H.; KNORRIGA, P. Learning from global buyers, IDS Working Paper 100, IDS, Brighton. 2000.

SOUZA, M. C. A. F. **Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial.** Brasília: SEBRAE, 1995.

VARGAS, M. A. **Proximidade territorial, aprendizado e inovação:** um estudo sobre a dimensão dos processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos locais. Tese (Doutorado em Economia)-Instituto de Economia, UFRJ, 2002.